CONFLITOS E RESISTÊNCIAS NO PORTO DE CAMOCIM - CE: AÇÕES DE HIGIENIZAÇÃO E CONTROLE SOCIAL. 1920-1970. ¹

Carlos Augusto Pereira dos Santos.²

RESUMO

Resumo: O presente artigo pretende discorrer sobre fatos ocorridos no Porto de Camocim, quando comerciantes locais de intitulando “verdadeiros intérpretes da sociedade”, acionam as autoridades policiais no sentido de “limpar” a zona portuária da cidade de “homens ociosos, meninos vadios e mulheres de vida airada”. Para além da construção discursiva dos documentos que ensejam práticas de higienização e controle social, observa-se neste embate, os conflitos e resistências advindas das relações de trabalho no porto e na cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Disciplinarização. Controle social. Trabalhadores.

ABSTRACT: This article aims to discuss events in the Port of Camocim, where local merchants called "true interpreters of society," trigger the police to "clean up" the port city of idle men, and boys loafer women of easy life". Beyond the discursive construction of the documents that opportunity practices of hygiene and social control, there is this clash, conflict and resistance stemming from labor relations in the port and city.

KEYWORDS: Disciplining. Social control. Workers.

¹ Com algumas alterações, este texto é parte de alguns desdobramentos do segundo capítulo da Tese de Doutorado defendida por mim em março de 2009 na Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, denominada **Entre o porto e a estação: cotidiano e cultura dos trabalhadores urbanos de Camocim-CE. 1920-1970**, com auxílio de bolsa da FUNCAP.

² Professor da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, lotado no Curso de História. e-mail: carlosaugustus@bol.com.br.

A quadra invernososa do ano de 1919 no Ceará não foi promissora. Com a falta das chuvas os problemas advindos da seca retornam à ordem do dia: êxodo rural, saques, fome, miséria, prostituição etc. Da mesma forma, discursos e ações governamentais são dirigidos para o combate da calamidade pública, numa eterna política paliativa bem ao gosto das elites que se locupletaram naquilo que mais tarde seria chamada de “indústria da seca”. Apesar da intervenção federal neste período ter apresentado algumas novidades, os planos do Presidente Epitácio Pessoa para o Nordeste parecem que não saíram do papel ¹, e as áreas de atração de sertanejos (notadamente o litoral) tiveram seus dramas sociais expostos e aumentados.

Boa parte de nossa historiografia, quando o tema é a seca, volta-se para as levas de flagelados que “invadem” a capital cearense. Quase sempre Fortaleza é o *locus* privilegiado na análise histórica dos desdobramentos que essa população adventícia provoca nas relações sociais nos tempos de estiagem. Essa predominância nos estudos talvez se explique efetivamente pela maior incidência e volume de sertanejos famintos que acorriam à “loura desposada do sol” para não morrerem de fome ou mesmo da maior quantidade de fontes que documentaram esses períodos facilitando a oficina do historiador.

Contudo, percebe-se que novos estudos apontam para novas abordagens, arejados que estão pelas reflexões teóricas e procedimentos metodológicos no campo da história social e da cultura, influenciando uma produção regional dentro da amplitude da temática da seca. Essa produção, portanto, rica e diversificada, vai desde a percepção de que o fenômeno da seca produz espaços e costumes antagônicos na cidade, alterando o convívio social, por exemplo, da elite fortalezense ávida em copiar e consumir os produtos da *belle époque* francesa, evidenciando seu universo de relações e conflitos. ²

A análise de que os saques e outros movimentos de massa gestados e experimentados nas condições precárias que a seca transforma os grupos de sertanejos possam ser compreendidos como ações da *multidão* e da *economia moral*, nas mais distantes comunidades, mostra uma outra perspectiva no sentido de se perceber que os flagelados podem ser sujeitos de suas escolhas também, além de desconstruir estereótipos de submissão completa da massa de flagelados. ³

Apontando para outro olhar, defende-se a possibilidade da elaboração pelas elites de uma *invenção discursiva* de uma identidade nordestina no sentido de abocanhar

o maior montante de recursos governamentais no que se convencionou chamar de indústria da seca e forjar nesse expediente, elementos que permitem a manutenção do *status quo* da estrutura social da região.⁴

Tendo em vista estas posições, pretendemos analisar o Porto de Camocim distante 370 quilômetros de Fortaleza, como um desses lugares na rota de atração de flagelados varridos pela seca. Desde o final do século XIX que se tem notícia que retirantes buscavam o refrigério do litoral camocinense para sobreviverem.⁵ A própria construção da Estrada de Ferro de Sobral (1881) atraiu grandes quantidades de pessoas do sertão para o local com a intenção de salvar os flagelados da grande seca de 1877, ao tempo em que ligaria o Porto de Camocim a cidade de Sobral.⁶

Com o florescimento do comércio local e do acréscimo da população nos momentos de crise climática, as tensões começam a aparecer e com elas as tentativas de controle social. Neste sentido é que pretendo analisar o papel da Associação Commercial de Camocim neste contexto. Fundada em 1918 era a entidade que agremiava os “homens ricos” da cidade. Era o suporte do comércio local que se desenvolvia mediante as facilidades trazidas pelo porto e a ferrovia, traduzida na intensa troca comercial com outras praças dos estados do Ceará, Maranhão, Piauí, Pará e Amazonas, principalmente. O volume de cargas, quase sempre era maior do que a capacidade dos armazéns das casas importadoras e exportadoras.

Por outro lado, analisando a documentação da associação percebe-se como esse grupo acaba por desenvolver um espírito de corporativismo, bem característico no país nas primeiras décadas do século passado, demonstrada pela farta correspondência com suas congêneres. A assembleia da associação é a caixa de ressonância dos problemas da cidade. Suas atas guardam uma semelhança com o modelo adotado nas Câmaras Municipais. Seus presidentes são ligados à política local e os prefeitos são seus sócios. Enfim, os comerciantes são os líderes daquele tempo e a Associação Commercial de Camocim, ciente de sua importância, leva ao pé da letra, não apenas como figura de retórica a expressão “legítimos representante da sociedade”, mas efetivamente por sua ação de querer deliberar sobre os interesses da comunidade.

Esse controle que queremos enfatizar não surge do confronto entre classes agremiadas, no sentido da dualidade patrão versus operário no cenário do mundo do trabalho. Em Camocim, a classe patronal se organiza antes dos trabalhadores do porto, da estrada de ferro, da construção civil e de outras categorias.⁷ A organização do

operariado, principalmente sob impulso e influência da militância comunista só se dará nos anos 1930 em diante.⁸ O embate que queremos tratar se deu no espaço de trabalho do porto e da ferrovia, portanto, no meio urbano. A preocupação dos comerciantes, nas tentativas de controle que iremos analisar, é pelo excesso de pessoas que vagueiam na área do porto cometendo pequenos furtos e pondo a perigo as cargas expostas fora dos armazéns por falta de espaço. Acreditamos que essas pessoas buscavam trabalho também. São eles que os comerciantes queriam controlar. São eles os nossos trabalhadores.

No ofício enviado à autoridade policial em junho de 1919, fica claro a defesa dos interesses dos comerciantes sobre os demais, como o direito de ir e vir, além de se querer adotar uma certa institucionalização da atividade comercial como sendo o “Commercio” (grafado com letra maiúscula e dessa forma), o que de antemão já sugere uma divisão entre os que trabalham, ou melhor, entre a sociedade do trabalho e a ociosidade, mãe de todos os vícios, segundo esse discurso. Vale a pena transcrever tal documento:

OFICIO Nº 01 – Enviado ao Sr. Delegado de Polícia. Data: 9/7/1919.

Exmo Sr. Delegado de Polícia desta Cidade.

A Associação Commercial de Camocim vem respeitosamente solicitar de V. Sa. a execução de uma providência de elavada importância em prol dos interesses do Commercio desta cidade e quiçá de toda a zona, a que passa a expor.

Como não deve ignorar V. Sa. grande parte da carga que desembarca neste porto fica alguns dias depositada na praia, completamente desabrigada, exposta a maldade de um grupo de vagabundos, - homens ociosos, meninos vadios e mulheres da vida airada – que passando os dias e as noites na praia, cortam fardos, rasgam saccos, fumam e fazem fogo nesse local. Além de pequenos roubos que se tem dado, estas mercadorias estão sujeitas igualmente a iminente incêndio, sendo portanto inquietadora a situação dos Comerciantes, donos dessa carga.

Vem pois esta Associação solicitar-vos que providencieis no sentido de ser feito o policiamento desse local, na área compreendida do armazém do Snr. J. Adonias até o Canto do Armazém da Estrada de Ferro de Sobral, ordenando a permanência de dois policiais alli, enquanto durar o serviço de descarga e permanecer na praia proibindo a entrada nesta área de pessoas vagabundas, alheias ao serviço; e igualmente proibir o funcionamento de pequenos Cafés em que vendem também bebidas alcoólicas.

Tomadas estas medidas que julga imprescindíveis esta Associação, evitará, além da salvaguarda dos interesses da classe que representa, o

degradante espetaculo que se reproduz todas as noites na praia, attentorio da moral, e que só por si exigiria a adopção de rigorosa medida coercitiva.

Em vista do exposto, esta Associação espera que seja tomada em consideração o seu pedido em bem dos interesses da respeitavel classe que representa, cuja defesa está em harmonia com o espírito de justiça e respeito ao direito, com que V. Sa. deseja caracterisar sua acção policial nesta cidade.

Saúde e Fraternidade.

9/7/919

Assy) Moyses Cavalcante Rocha

Presidente

Raymundo Mendes de Sousa

Secretario. ⁹

Ao acionar a autoridade policial, percebe-se não apenas a evidente intenção de salvaguardar o patrimônio dos comerciantes representado pelas cargas, mas é flagrante a tensão existente naquele momento entre os dois universos: os dos que trabalham e os daqueles acusados de “praticarem” a vagabundagem. Inúmeros são os estudos que tratam dessa questão, principalmente nessa ótica da criminalização da vagabundagem, mendicância, prostituição pelas autoridades. No contexto da seca cearense, vários autores já analisaram essas tensões nas grandes cidades que redundam em saques no comércio local. Em Camocim não seria diferente.

O historiador Frederico de Castro Neves, se refere a essa massa preste a saquear como: “homens desesperados: as famílias permaneceram na periferia da pequena cidade, esperando uma solução para suas aflições” ¹⁰. Enquanto as soluções não chegavam, notadamente àquelas de caridade pública e intervenção governamental, as instituições locais desenvolviam, ainda segundo referido historiador “novas atitudes com relação ao corpo, à higiene e à moral.” ¹¹.

Pode-se observar no corpo do texto do documento acima transcrito a pintura de um quadro para sensibilizar a ação coercitiva por parte da polícia. Neste sentido, o medo é um componente utilizado. Ao revelar que é “inquietadora a situação dos Comerciantes, donos dessa carga”, o apelo parece justificar-se não apenas pela possibilidade do prejuízo material, mas por certo sentimento de impotência diante da “maldade de um grupo de vagabundos”, que só cessaria através da força. Essa mesma força que, aliás, diz o ofício mais a frente é a paladina da justiça e do direito, buscada

pela autoridade na ação policial no seu fazer-se cotidiano e enfatizada pelos homens da Associação Comercial de Camocim.

O apelo acima é reiterado novamente quase dois meses depois para a autoridade policial. As ações das pessoas das “classes perigosas”, do “lumpen do operariado” parecem ter continuado. Nesse ínterim não há indícios de uma ação policial mais eficaz, posto que o apelo é reforçado num pedido mais firme para o uso da força:

Officio ao Illmo. Snr. Delegado de Polícia desta cidade.

Essa Associação tem se esforçado no sentido de conseguir o saneamento do porto desta cidade, onde há aggrupamento de pessoas ociosas que praticam alli danos e roubos freqüentes nas mercadorias que pela falta de armazém, o Commercio se vê na contigência de expor na praia, por ocasião da descarga e carregamentos dos vapores, e, para este fim faz-se mister o valoroso concurso de V. Sa. providenciando de modo a manter um policiamento no porto, a fim de evitar esses mesmos agrupamentos que, além da pratica dessas depredações, exercem actos indecorosos contra a moral, de sorte que succede muitas vezes serem testemunhas dessas scenas, famílias que por alli passam.

Nesta condição, vem a Associação Commercial de Camocim, interceder perante V. Sa. no sentido de tomar severas medidas coercivas que ponham termo a esses desmandos.

Cônsucia de V. Sa. tomará na devida consideração este apelo esta Associação hypotheca desde já sua gratidão e reitera seus protestos de estima e consideração.

Saúde e Fraternidade.

27/8/919¹²

Além da preocupação evidente com suas cargas, vê-se nitidamente a referência ao aspecto moral nos dois exemplos mostrados. A repressão aos vícios como a jogatina, prostituição e alcoolismo na zona portuária é um objetivo a ser alcançado no sentido de se evitar que o “degradante espetacullo” ou os “actos indecorosos” fossem vistos pelas famílias da sociedade camocinense. Mais do que querer sanear a zona portuária, tradicionalmente estigmatizada como lugar propício à violência e a criminalidade, essas ações só reforçam os preconceitos sobre o espaço e seus habitantes.¹³

Segundo o historiador Sebastião Rogério da Ponte, essa necessidade de normalização da cidade é fruto do crescimento urbano. Imaginando a Camocim dos anos 1920, uma cidade de quarenta anos servida por um porto e uma ferrovia no interior

de um estado pobre como o Ceará, talvez não tenha sofrido grandes transformações, nem passado por grandes reformas urbanas tão ao gosto das grandes metrópoles seduzidas pelos “ornamentos” da Belle Époque. Contudo, apesar dos parques equipamentos urbanos existentes no entorno da ferrovia e do porto, principalmente, a necessidade de controlar se faz sentir. Citando o referido historiador:

A necessidade de normalizar tanto a cidade como a população adveio, portanto, da onda de medo que essas convulsões sociais e crescimento urbano terminaram por gerar: medo da cidade, das fábricas e das edificações; temor das aglomerações, dos lugares fechados, de epidemias, cemitérios.¹⁴

O medo realmente é uma recorrência. A documentação mostra os vários apelos às autoridades constituídas para se trazer obras para a cidade de sentido de empregar a massa flagelada. Se antes, o perigo era representado pelo roubo e perda das cargas expostas ao longo do porto, as epidemias passavam pelo rol de preocupações da Associação Comercial. Daí, que a correspondência mostra o empenho da associação em fazer valer sua influência junto aos políticos para se conseguir a instalação de um Posto Sanitário no Porto de Camocim, justificada pelo perigo das epidemias. O porto não só traz as novidades, mas doenças também:

OFFICIO AO EXMO. SNR. DR. JOÃO THOMÉ DE SABOYA E SILVA.

M. D. PRESIDENTE DO ESTADO.

Na epocha em que os Poderes públicos se acham empenhados em prodigalizar ao Nordeste flagellado os favores constitucionais, se offerece a oportunidade feliz de impetrarmos para esta cidade uma medida prophylatica que venha nos pôr a saber de maior flagello, sendo de notar que tal medida aproveitará toda zona norte do Estado. Queremos nos referir a criação imediata de um posto sanitário no Porto de Camocim, um dos melhores do Estado, quiçá o mais concorrido, depois do de Fortaleza, estando por isso mesmo sujeito a invasão de uma epidemia qualquer que porventura traga o seu vírus incubado no bojo de algum vapor, dentre os muitos que aportam e despejam em terra os seus passageiros, alguns dos quaes muita vez atacados de moléstias contagiosas, isto

devido à falta absoluta e sensível de uma Inspeção de Saúde do Porto. Para prova dessa asserção lembramos o facto narrado pello illustre facultativo Dr. Liciniano de Almeida no fim de um suggestivo artigo intitulado “Inspectoria de Saúde do Porto de Camocim”, publicado no nº 14 do Libertador”, semanário que se edita nesta cidade, cujo facto consiste em ter atracado neste porto, em princípio de Dezembro do anno próximo passado, o vapor “Mantiqueira” do Lloyd Brasileiro, trazendo a seu bordo um tripulante varioloso que, por felicidade nossa, deixou de desembarcar aqui por não lhe permitir o seu estado enfermiço, convindo notar que esse caso passou inteiramente despercebido ente nós, devido ao abandono condenável a que está entregue o nosso porto.

Que perigo não correria a população de Camocim e consequentemente a de toda zona norte do Estado se tivesse desembarcado aqui esse doente de varíola? Certamente se daria a propagação do mal como aconteceu com a gripe espanhola em fim de 1918.

Em taes condições, na epocha presente em que atravessamos uma secca que vem do anno passado, impõe-se, como medida preventiva de grande alcance e indeclinável necessidade, a criação do posto sanitário que ora solicitamos. Assim pois, Meretíssimo Snr. Presidente, vem esta Associação Commercial appellar para os nobres sentimentos humanitários e patrioticos de V. Excia. no sentido de interceder perante os Poderes competentes a fim de ser provida essa necessidade palpitante de que se ressenete Camocim, confiando na acquiescencia de V. Excia. ao justo reclamo que ora faz.

Aproveita esta Associação o ensejo para agradecer a V. Excia. os esforços que invidou pela construcção do Ramal de ligação desta cidade a Estrada de Rodagem de Granja a Viçosa cujos trabalhos já estão sendo iniciados pelo competente engenheiro Dr. Plínio de Castro Nunes, reiterando a V. Excia. os seus protestos de elevada estima, toda solidariedade e alta consideração.

Cordeaes Saudações.

21/2/920. ¹⁵

Sem entrar no mérito da análise de discurso, nota-se aí a perfeita conveniência entre os favores políticos e a necessidade de se reforçar os sentidos da criação da noção de região, no caso o nordeste, tradicionalmente, segundo essa linha de pensamento, preterido dos “favores constitucionais”. O medo das epidemias não só justificam os cuidados que se devem ter com a saúde da população, como também da instalação de um posto sanitário, necessário para as ações de higienização e saneamento do Porto de Camocim.¹⁶

Essa necessidade de saneamento inteiramente imbricado com as políticas de urbanização, muito incentivada pelo discurso médico, a meu ver, atingiu as mais diversas cidades. No dizer de Sebastião Rogério Ponte as premissas dessa onda saneadora nos discursos gerou uma compulsão que dava “conta do que ela e seus habitantes precisavam ter e fazer para atingir um desenvolvimento organizado, sistematizado, saudável e civilizado”.¹⁷

Com maior intensidade nas grandes metrópoles, esse discurso acabou por ser absorvido nas pequenas urbes, ensejando a adoção de medidas de controle. Vejamos esse exemplo colhido das atas da Câmara Municipal de Camocim:

Sessão Ordinária da Câmara Municipal de Camocim. 31 de Maio de 1948.

O vereador Moacir Aguiar requer que a Casa apelasse para quem de direito, no sentido de ser retirado da circulação um carro lúgubre que conduz a infeliz ‘Cícera’ e que corre diariamente nossas ruas, num espetáculo degradante e comovedor e que não condiz com nossos foros de cidade civilizada”. Requerimento aprovado.¹⁸

Tanto como no caso da repressão policial pedida para “limpar” a zona portuária dos “homens ociosos, meninos vadios e mulheres de vida airada”, o pedido do vereador aponta na mesma direção quanto a mendiga Cícera, adjetivada de infeliz. Quase trinta anos depois ainda é preciso qualificar os sujeitos, excluídos da lógica do capital e do trabalho para reforçar as medidas de controle e eficácia dos discursos da cidade civilizada. Ao mesmo tempo em que o espetáculo degradante da mendiga comove, reforça a sua condição de elemento estranho aos foros de civilidade que ora a cidade experimenta.

Como ressalta Maria Clara Thomaz Machado num estudo sobre a pobreza em Uberlândia-MG:

Mas, para maior eficiência na disciplinarização, é preciso denunciar a ‘sujeira’ da sociedade. O jogo, o meretrício, os menores infratores da lei, a vagabundagem, a mendicância são apontados como o cancro que corrói as vísceras da sociedade. Da denúncia à exigência da punição o passo é bem pequeno. E esta deve ser feita através da aplicação da lei “mantenedora da ordem” por terceiros que realizam o “serviço” em nome do ‘bom andamento’ da sociedade, garantindo o controle do poder pela burguesia.¹⁹

Essa “sujeira social” denunciada pelos comerciantes camocinenses nos primeiros exemplos desse artigo pressupõe uma associação com as várias formas de recusa explícita do trabalho e por isso precisam ser combatidas. Segundo a autora acima referida “dada a intensidade das campanhas, pressupomos que o jogo, o meretrício e a mendicidade possam ser consideradas formas de recusa explícita à sociedade do trabalho, pela sua força de renovação tanto quanto pela sua persistência na transgressão.”²⁰

São essas formas de transgressão e a sua persistência que alimentam as tensões sociais e parecem se reproduzir no cotidiano do mundo do trabalho e por extensão da sociedade em geral. Dando mais um salto cronológico, deparamo-nos com outro ofício da mesma associação dirigido a autoridade policial da vez:

Camocim, 04 de março de 1976.

Ilmo Sr.

Tte. JOSÉ VANILDO SANTANA

DD. Agente da Capitania dos Portos

LOCAL.

Senhor:

Em nome do seu corpo dirigente, dos seus associados e de toda a comunidade camocinense, de quem nos fazemos intérpretes, essa Associação quer formular à ilustre autoridade, a expressão dos seus mais reconhecidos agradecimentos, com os devidos encômios, pela oportuna e providencial interferência, dessa agência, junto ao D.N.P.V.N e à Companhia Docas, com vistas ao recomendabilíssimo isolamento da nossa área portuária, a fim de por sobre a determinados inconvenientes de presenças estranhas, sobretudo à indesejável freqüência da marginalização, que já satura, especialmente na faixa feminina.

Respeitosamente.

José Maria Veras Filho
Presidente
Eliezer Ribeiro Veras
Sec. Executivo.²¹

Mesmo aparentemente resolvida o problema da marginalidade na zona portuária com seu isolamento, o documento deixa entrever uma situação de permanência do problema atacado desde o início do século passado. A marginalização saturada apenas mudou de lugar temporariamente face às medidas tomadas pela autoridade. Com a decadência do porto e a desativação da Estrada de Ferro de Sobral, no final dos anos 1970, os “homens ociosos, meninos vadios e mulheres de vida airada...” voltaram a freqüentar esse espaço, agora disputando as sobras da atividade pesqueira, que atualmente mostra sinais de declínio.

Além da associação estereotipada de espaços e pessoas dentro do âmbito de relações que caracterizam as zonas portuárias de todo o mundo, há que se destacar as ações ou intervenções urbanas no sentido de sanear ou revitalizar esses espaços, imbricados numa teia de relações que orientam lógicas ou políticas de revalorização dessas áreas. Embora que em Camocim essas ações não sejam tão fortes do ponto de vista da intervenção urbana, o deslocamento da sede do poder executivo para as instalações da antiga Estação Ferroviária, a construção de um calçadão ao longo da balaustrada onde antes se fincavam os trapiches das casas comerciais, atraem outros públicos e investimentos. Se antes a orla era disputada pelos cafés, cabarés, marinheiros, prostitutas e desempregados e outros que tais, ameaçadores da moral e da ordem econômica, hoje este mesmo espaço se refaz na busca de oferecer uma “noite” com outros atrativos para nativos e eventuais turistas.

Contudo, fragmentos do cotidiano de um porto que já foi próspero parecem resistir ao tempo. Agora transformado em terminal pesqueiro, o barulho característico de um porto fica por conta de poucos botecos ainda a servir bebidas a trabalhadores que realizam a manutenção dos barcos no pequeno cais, de uma ou outra roda de homens a disputar um jogo qualquer enquanto esperam outros homens chegarem do mar para comprar, trocar ou levar algum pescado para casa.

¹ Sobre as principais ações desse governo no combate à seca de 1919 no Ceará, ver: FROTA, Luciara Silveira de Aragão e. *Documentação oral e a temática da seca: estudos*. Brasília: Centro Gráfico, Senado Federal, 1985. p. 193-98.

² PONTE, Sebastião Rogério. *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social (1860-1930)*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Multigraf Editora Ltda, 1993.

³ NEVES, Frederico de Castro. *A Multidão e a história: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza, CE: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

⁴ ALBUQUERQUE, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste..*

⁵ Em 1877 chegaram a Camocim emigrantes procedentes de Mombaça-CE e de outros lugares. Segundo relatos já no ano seguinte, 1878, com o prolongamento da seca, essa população adventícia girava em torno de 5.000 pessoas. *Enciclopédia dos Municípios Brasileiros*. XVI Volume. IBGE: Rio de Janeiro, 1959, p. 111.

⁶ Ao final da construção da ferrovia foram empregados mais de 15.000 trabalhadores. Para saber mais sobre essa ferrovia, ver: OLIVEIRA, André Frota de. *Estrada de Ferro de Sobral*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 1994.

⁷ No mesmo período, além da Associação Commercial de Camocim há uma Associação dos Retalhistas. Posteriormente aparece o Sindicato Patronal Rural.

⁸ O assunto foi por mim tratado em: SANTOS, Carlos Augusto Pereira. *Cidade Vermelha: a militância comunista em Camocim-CE. 1927-1950*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro/Universidade Federal do Ceará, 2000.

⁹ Fonte: Livro de Officios e Telegrammas - Associação Commercial de Camocim, p.01. Grifos meus. Nas transcrições de documentos feitas aqui se respeitou a grafia da época.

¹⁰ NEVES, Frederico de Castro. *Op. cit.* p. 108.

¹¹ NEVES, Frederico de Castro. *Op. cit.*, p. 53,

¹² Fonte: Livro de Officios e Telegrammas - Associação Commercial de Camocim, p.04. Grifos meus.

¹³ Para uma discussão a cerca do estigma territorial que envolve as zonas portuárias, Ver: ÁGUEDA, Abílio Afonso da. “Morro da Providência: estigma social e ações transformadoras” In: THIESEN, Icléia, BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti, SANTANA, Marco Aurélio (orgs.). *Vozes do porto*. Memória e história oral. Rio de Janeiro: DP & A, 2005.

¹⁴ PONTE, Sebastião Rogério. *Op.cit.* p. 72.

¹⁵ Fonte: Livro de Officios e Telegrammas - Associação Commercial de Camocim, p.6v a 7v.

¹⁶ Desde o início do século passado que o governo republicano pelo menos teoricamente quis desenvolver um projeto de saneamento dos portos brasileiros. Signatário da Convenção de Veneza, o governo organizou uma expedição aos portos sob o comando do sanitarista Oswaldo Cruz, que em 1905 iniciou uma viagem a 23 portos do Norte-Nordeste, inclusive o Porto de Camocim.

¹⁷ PONTE, Sebastião Rogério. *Op. cit.*, p. 77.

¹⁸ Fonte: Livro de Atas da Câmara Municipal de Camocim – 1948. Grifos meus.

¹⁹ MACHADO, Maria Clara Thomaz. “A Pobreza Urbana na Ótica do Capital (Uberlândia – 1900-1960). In: SILVA, Marcos A . da (Coord.). *República em Migalhas*. História regional e local. São Paulo: Marco Zero/MCT/CNPq, 1990, p. 105.

²⁰ MACHADO, Maria Clara Thomaz. *Op. cit.* p. 108. Nos anais da Federação das Associações Comerciais do Brasil (da qual a de Camocim é filiada), a condenação do jogo é recorrente.

²¹ Fonte: Livro de Officios e Telegrammas - Associação Commercial de Camocim, p.6.